



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANIELI FERNANDES DIAS

A FAMÍLIA NA ESCOLA E A BUSCA PELO SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO

CURITIBA
2013

ANIELI FERNANDES DIAS

A FAMÍLIA NA ESCOLA E A BUSCA PELO SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO

Monografia apresentada como trabalho de conclusão de curso, exigência parcial à obtenção de título de graduação em Pedagogia pelo Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Professor Dr. Ângelo Ricardo de Souza

CURITIBA
2013

Para Rui Dias, meu amor, minha coragem - que me enxergou além do ranço da dislexia e me ajudou a acreditar que posso.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Ângelo Ricardo de Souza, meu estimado orientador, pelo acompanhamento em momentos tão necessários. Pela orientação, paciência e práticas pedagógicas.

Professora Jussara Santos, sua influência me fez ser mais forte.

Professora Thais Tavares, seu exemplo pessoal sobre ser professora.

A UFPR - honro a oportunidade de ter estudado nesta instituição.

Sofia e Bernardo, filhos – o que recebi de vocês durante esses anos para a conquista desse sonho de me formar na universidade, excede a tudo que já vi sobre companheirismo e amor incondicional!

Dona Ana e seu Tobias, obrigada por ser a oitava filha da melhor família que há. Obrigada pela educação recebida.

Athi, Thelma, Ego, Nani, Téia, Chinho, Maiane, cunhados e sobrinhos, o apoio de vocês foi como a água é para um sedento.

Sociedade de Socorro, através do lema 'a caridade nunca falha', me impulsionou a ir adiante, a vencer obstáculos, sem esquecer do cuidado com a família e do serviço voluntário.

“Todo impulso nobre, toda expressão de amor altruísta, todo sofrimento corajoso pelo direito; toda renúncia do eu em favor de algo superior ao eu; toda abnegada devoção a um princípio; toda forma de ajuda à humanidade; todo ato de autocontrole; toda verdadeira coragem de alma, não derrotada pela pretensão e pela astúcia, mas por ser, fazer, e viver o bem por amor ao próprio bem”...

(David O. Mckay)

RESUMO

O texto aborda a relação entre família e escola. O estudo tem como objetivo principal analisar e refletir sobre a interação família e escola no sentido da participação efetiva sem desviar a direção de seu objetivo comum: a formação integral do ser humano, como um cidadão de direitos e deveres. Busca explorar sobre a participação da família, observando seu posicionamento em defesa dos interesses do aluno bem como em defesa da representatividade do grupo em busca de melhorias coletivas. A pretensão do estudo é alcançar uma resposta mediante opiniões de autores com textos publicados no SciELO – Scientific Electronic Library Online, (biblioteca virtual de revistas científicas brasileiras em formato eletrônico). A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica, buscando reunir abordagens significativas através das contribuições de autores sobre o tema.

Palavras-chave: relação família- escola, participação; representatividade.

ABSTRACT

This paper addresses the relationship between family and school. The study aims to analyze and reflect on the interaction between family and school towards effective participation without diverting towards their common goal: the integral formation of the human being, as a citizen of rights and duties. Search explore on family participation - whether it is in the best interests of the child and / or defense of the group's search for collective improvements? The intention of the study is to achieve a response by opinions of authors with texts published in SciELO - Scientific Electronic Library Online (virtual library of Brazilian scientific journals in electronic format). The methodology used was the literature research, seeking to gather meaningful approaches through the contributions of authors on the subject.

Keywords: family-school relationship, participation, representation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1. A FAMÍLIA ATUAL NO CONTEXTO DO ESTUDO	11
2. ESCOLA – CONSTRUTORA DA PONTE DE COMUNICAÇÃO	16
2.1 PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA E O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO	20
3. A GESTÃO DEMOCRÁTICA	25
3.1 A DEMOCRATIZAÇÃO NA ESCOLA	29
CONCLUSÃO	32
REFERÊNCIAS	34

INTRODUÇÃO

Para a formação plena do aluno em todas as suas potencialidades é necessário que família e a escola sejam parceiras para a tarefa de educar, para que ele seja um cidadão crítico e autônomo. Para que isso aconteça é importante que escola e família sejam ativamente e intensamente interligadas neste objetivo.

A relação entre família e escola deve favorecer ambas as partes, por isso a escola não deve jogar a responsabilidade que lhe cabe para a família e nem a família deixar ao encargo da escola o que cabe a si. A escola precisa conhecer a sua comunidade e as famílias dos seus alunos, e da mesma forma as famílias devem frequentar a escola para conhecer suas dificuldades e suas potencialidades. O que se pretende sinalizar é que ambas compartilham a responsabilidade no educar, porém, possuem objetivos, conteúdos e métodos diferentes. A escola é a responsável pela educação formal do ensino dos conteúdos da leitura, da escrita e da matemática e suas regras e seus parâmetros científicos. A educação recebida na família é aquela que constitui a base para a socialização e o convívio respeitoso e cidadão. Ambas as instituições, portanto, têm o papel de garantir as condições e desenvolver as potencialidades do indivíduo no seu mais amplo aprendizado e desenvolvimento.

Historicamente, o ensino ficava a cargo da família ou de pequenos grupos, até o século XIX, e depois, coube à escola o papel de formalizar os conhecimentos, ampliá-los, sistematizá-los e torná-los comuns a todos. Atualmente, a família que estava afastada, está sendo convocada a participar da escola. O sentimento da necessidade da participação familiar na escola começou a surgir devido às teorias pedagógicas que passaram a levar em consideração ao que ocorria com o educando fora do contexto escolar. A partir disso, os estudos sobre o sucesso escolar do aluno não concebem mais uma atuação desvinculada da família, e para que isso aconteça é preciso conhecer os pais/familiares, onde e como vivem, e identificar os saberes que vêm de casa, porém, a escola não pode ceder diante das dificuldades da sua função principal de educação formal e sistemática com o conhecimento. Pais não são professores e o conteúdo escolar é uma tarefa docente, que cabe à escola. É percebido que muito tem se dito sobre a importância desta

relação entre escola e família, que o Estado tem se mobilizado para que isto ocorra, mas que apesar de todos os esforços esta relação ainda é insuficientemente trabalhada.

O interesse em estudar sobre a participação da família na escola sempre me acompanhou devido a uma educação não formal que me conscientizou desde cedo para uma participação atuante junto à comunidade local como a igreja, associação de bairros e a escola. Com o ingresso na faculdade, sob influência de professores e em especial às aulas de Organização e Gestão da Educação Básica. A disciplina deu início aos assuntos sobre a gestão democrática e a participação da família nas escolas. Com o passar dos anos e com o acréscimo de novas disciplinas e temas no final do terceiro ano da faculdade, muitos já eram as motivações que me levaram ao tema do meu trabalho de conclusão de curso.

A temática sobre a atual situação da escola, alunos, problemas com indisciplina, dificuldades de aprendizagens e vandalismos são problemas que me pareceram que seriam amenizados se escola e família pudessem trabalhar juntas. Nos estágios realizados, pude observar que família e escola jogam a responsabilidade uma para a outra, professores atribuem a culpa dos problemas aos pais que não cumprem suas obrigações de educar e mandam seus filhos para a escola, mas não ajudam e nem participam da vida escolar. Famílias, por seu lado, culpam os professores que são despreparados e a gestão escolar que não faz o que é preciso para melhorar. Mas o que se vê é que tanto família quanto escola têm sido tensionadas a profundas transformações e ambas precisam acompanhar tais mudanças de forma conjunta, facilitando o processo de aprendizagem dos alunos e ajudando uns aos outros na busca de um objetivo comum, o de educar.

Com o intuito de atender ao objetivo maior deste trabalho, o texto está organizado de forma a analisar as relações entre a família e a escola, por meio de uma pesquisa bibliográfica, que analisa as transformações pelas quais estão passando tanto a família como a escola e como estas podem acompanhar as mudanças sem perder de vista o objetivo comum que é educar o aluno, e constatar a importância dessa parceria como contribuição para a melhoria da qualidade do ensino.

Serão apresentados nos próximos capítulos os dados coletados na pesquisa bibliográfica. Para o estudo foram utilizados autores que tratam da temática e apresentam reflexões sobre tal relação família/escola no cenário brasileiro, sua representatividade no mundo da pesquisa e sua intervenção nos diversos campos sociais e educacionais. Foi realizada pesquisa bibliográfica no site SciELO – Scientific Electronic Library Online (biblioteca virtual de revistas científicas brasileiras em formato eletrônico) com o tema em questão, e as palavras-chaves para a seleção de artigos para constituírem o estudo foram: relações família-escola; conselho escolar; pais e escola e participação de pais. A partir dessa seleção, foi realizada uma nova seleção de artigos para compor a base para este texto. A escolha de se trabalhar com os artigos desta base se deve ao fato de que o Scielo se constitui em um dos principais acervos bibliográficos, que concentra os periódicos mais renomados e bem avaliados do país, assim, trata-se de uma base com artigos que podem ser considerados referência acadêmica nos diversos temas de investigação.

A organização do texto é composta por cinco partes. A primeira delas é esta introdução do estudo, que busca demonstrar o interesse pelo tema e a estrutura do estudo. A segunda parte discute a família, sua formação, organização e modelagem atual e sua atuação na escola, sobre a escola na formação do indivíduo enquanto aluno e a escola como ambiente de participação de todos os envolvidos na escola além da equipe pedagógica e alunos. O texto conta com abordagem histórica, para compreender as mudanças ocorridas na escola e na família, e também constata a importância dessa parceria como contribuição para uma melhora na qualidade de ensino, e propõe atuações para as escolas e famílias apoiarem uma a outra na educação dos alunos. A terceira parte discute sobre a legislação democrática da educação pública e os atores que estão envolvidos dentro desse compartilhamento de responsabilidades e da construção de uma educação melhor. Podemos observar que nos últimos tempos o Estado tem procurado ajudar e que muito tem sido feito em busca de uma melhoria na educação, e que muito ainda falta. Atualmente há projetos de incentivo à participação da comunidade na escola e conseqüentemente da família. A quarta parte do estudo explora a participação da família na escola; de como e quando acontecem; quem participa e o que se busca nessa participação. A quinta e última parte é a conclusão do estudo realizado, as impressões,

constatações e sugestões para uma ampliação de uma melhor qualidade na participação da família na escola.

1. A FAMÍLIA ATUAL NO CONTEXTO DO ESTUDO

A noção de família está presente em todas as culturas e sociedades e é reconhecida como primeiro ambiente de socialização do indivíduo, uma vez que atua como mediadora principal dos modelos e influências culturais e é a responsável principal pela forma de como que o sujeito se relaciona com o mundo, a partir de sua localização na estrutura social, além de ser vista como a responsável pela transmissão de valores, crenças, ideias e significados que estão presentes nas sociedades (OLIVEIRA, 2010).

Os membros de famílias contemporâneas têm se deparado e se adaptado às novas formas de coexistência oriundas das mudanças nas sociedades, isto é, que resultaram do conflito entre os valores antigos e o estabelecimento de novas relações. Tais configurações familiares são parte de um sistema social que engloba vários subsistemas onde os papéis são estabelecidos de acordo com os estágios de desenvolvimento do indivíduo e da família, enquanto grupo. Dessen e Polonia (2007) sinaliza de que é dentro do ambiente familiar que seus membros aprendem a administrar e resolver conflitos, desenvolver o autocontrole das emoções, expressar sentimentos que compõem as relações familiares e interpessoais. Todas as habilidades de ordem social e pessoal são desenvolvidas, primeiro dentro do âmbito familiar, e depois externadas para outros ambientes.

Na configuração estrutural das famílias com o passar do tempo, Nascimento (2012, p.74) citando Goldani, discute sobre as mudanças na família e que não implicam na sua desestruturação. A família deve ser vista como instituição plural e não única, porém, o que se percebe muito no ambiente escolar e que há dificuldades de aceitação perante essa pluralidade de arranjos de organizações familiares e mesmo quando elas são reconhecidas como grupos familiares, não são respeitadas com a devida justiça, tendo em vista, inclusive o que determina a legislação nacional sobre a composição familiar:

Focalizando a realidade brasileira no que concerne à definição de família, a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) estabelece os princípios fundamentais em relação à instituição familiar e reconhece como entidade familiar a união estável entre homem e mulher, ou a comunidade formada por quaisquer dois pais e seus descendentes. Nota-se uma diferença significativa na definição estabelecida pela Constituição Brasileira em relação às apresentadas anteriormente quanto à não inclusão das relações não heterossexuais enquanto unidade familiar. (OLIVEIRA, 2010 p.100)

Assim, sobre a estrutura familiar, não parece possível afirmar que temos um consenso nacional sobre o que ela é/deve ser:

Apesar da crescente discussão acerca das possíveis definições de família e da busca por um conceito comum, ainda não é possível afirmar que exista uma definição de família que seja aceita e adotada consensualmente pelos estudiosos da área, pelas instituições governamentais e pela sociedade. Mesmo não havendo essa concordância unânime acerca da definição de família, há que se privilegiar aquelas definições que contemplam as variáveis mínimas, ou básicas, do que se entende por família, pois é a partir destas variáveis que se poderão realizar estudos e pesquisas mais amplos e representativos das relações humanas. Tais variáveis se referem, neste momento, à existência de uma díade e à intimidade vivenciada por seus membros nesta relação. (OLIVEIRA, 2010 p.101)

A autora define a estrutura familiar como “aquelas configurações familiares compostas por, pelo menos, um adulto e uma criança ou adolescente”, Oliveira (2010, p. 101). Todavia, esta definição pode caber bem à noção de família para o universo da educação escolar, tendo em vista a necessidade de se compreender que as famílias que se inter-relacionam com a escola, são aquelas que possuem crianças e/ou adolescentes. Mas, sabidamente, a família também pode ser um arranjo no qual duas ou mais pessoas convivem, com ou sem a presença de descendentes (consanguíneos ou não). Contudo, esses outros arranjos de fato pouco interessam à escola, uma vez que não constituirão qualquer relação com a instituição educacional.

Percebe-se que a configuração familiar é composta de diversas formas, não sendo mais aceitável a referência única de família atual ser composta apenas por pai, mãe e filhos. A formação familiar não se dá apenas pela consanguinidade, e sim, de outras formas que caracterizam uma família.

Em função desta ampliação conceitual sobre família, o termo permite, atualmente, a inclusão de modelos variados de família, para além daquele tradicionalmente conhecido. Os modelos familiares não mais se

restringem à família nuclear que compreendia a esposa, o marido e seus filhos biológicos (Turner & West, 1998). Atualmente há uma diversidade de famílias no que diz respeito à multiplicidade cultural, orientação sexual e composições (OLIVEIRA, 2010, p. 101).

Marcondes (2012) se refere às configurações familiares que estão passando por uma reestruturação devido às mudanças sociais que estão acontecendo em contextos mais amplos. No entanto, as escolas ainda se referem à estruturação familiar nuclear como o ideal e com isso fortalece um discurso preconceituoso, que atribui a toda e qualquer dificuldade dos membros da família constituída de forma diferente à nuclear.

O modelo nuclear “se distancia para um grande número de famílias nestes tempos de crescentes índices de pobreza econômica, emprego materno, estresse familiar, divórcio e mulheres chefes de família” (CARVALHO, 2000, p. 149), o que gera rotulação ao defini-las como famílias que não estão de acordo com o padrão pré-estabelecido e são consideradas como famílias erradas, desinteressadas e desestruturadas, como afirma o autor.

Sobre o padrão familiar atual, “não há, portanto, como criar um modelo ideal de família e, menos ainda, de comunicação e envolvimento entre os dois grupos. As famílias não podem ser consideradas únicas e adequadas” (MARCONDES, 2012 p.96).

Nascimento (2012, p.74) discute sobre as mudanças na família na sua configuração e que tais mudanças não implicam em sua desestruturação. A família deve ser vista como instituição plural e não única, porém, o que se percebe muito no ambiente escolar e que há dificuldades de aceitação perante essa pluralidade de arranjos familiares e mesmo quando eles são reconhecidos como grupos familiares, não são respeitados com a devida justiça.

1.1 A função social - família e escola

A família exercita sua função social que lhe compete quando toma consciência de que ela é a base da formação do indivíduo. Nascimento (2012) esclarece que antes da década de 1980, a participação da família na escola se restringia à participação em dia de festas comemorativas, o que caracterizava uma participação passiva. Com o avanço da década de 1990, a família passa a ser vista como um dos atores da comunidade escolar com participação bem mais ativa,

inclusive interferindo em questões pedagógicas e político-administrativas da escola. Sendo assim, com a participação mais ativa da família na escola, também tornou mais evidente as tensões entre essas relações. Na década de 1990, foi o ponto alto das discussões sobre família em nível nacional e foi uma época em que o país estava imerso num intenso processo de redemocratização, com forte atuação de movimentos sociais, que reforçavam a luta do povo pela defesa de seus direitos.

Nascimento (2012, p.73) considera que as contínuas discussões temáticas sobre a família acabaram repercutindo sobre a construção da nação brasileira, uma vez que as nações formam suas identidades a partir de crenças e imagens edificadas sobre a composição de sua própria população, como também sobre as relações com as outras nações. Mas percebeu-se que há falta de envolvimento, participação, apoio e limites das famílias para com os filhos, o que torna muito difícil uma educação de qualidade.

No artigo de Dessen e Polonia (2007), as autoras compartilham da mesma opinião de Oliveira (2010), sobre as funções educacionais dessas duas instituições, mas que possuem objetivos distintos. As autoras enfatizam que a escola e a família são responsáveis pela transmissão e construção do conhecimento ao compartilharem das funções sociais, políticas e educacionais na medida em que contribuem e influenciam na formação do cidadão, especialmente no que se refere ao aspecto sócio-emocional, afetivo e aprendizagem.

Embora as instituições escola e família tenham papéis fundamentais para o crescimento e desenvolvimento do indivíduo, cada uma possui o seu próprio papel nesse processo de educá-las. A partir daí é que se percebe a importância de se ter uma boa relação entre as partes. Entende-se que a ação educativa da família é uma influência básica e fundamental no processo de educar o filho porque não há outra instituição que a substitua em suas especificidades que a caracterizam como família.

Segundo Dessen e Polonia (2007), na fala de muitos professores se vê a reclamação de que a escola tem assumido a responsabilidade que deveria ser dos pais e por sua vez o que se houve de muitos pais é que eles esperam ações dos professores, e esses dizem não caber a eles tal responsabilidade. O que sobra no meio disso são os alunos, que perante o fracasso escolar, transferem o ônus ao professor. Esse jogo de empurra que vai acarretando uma série de equívocos sobre o relacionamento entre a família e escola, e quem sai perdendo com tudo isso é o estudante. As autoras enfatizam que a família e a escola são os primeiros sistemas

organizados onde o indivíduo se relaciona porque são estruturas sociais onde acontece o aprendizado, onde se constrói a identidade, tendo como base a cultura adquirida nesses espaços. As autoras continuam afirmando que é através desse tipo de relacionamento, a relação entre pais, professores, comunidades e escola que vão se criando as influências críticas para a vida escolar do educando, pois uma relação positiva entre família e escola contribui para o envolvimento do sentimento de pertencimento perante a instituição escolar.

Bissoto (2009) define essas relações positivas como situações que são marcadas pelo conflito de posições ideológicas diversas, e que justamente essa diversidade entre escola e família, que faz de uma coisa não ser da mesma natureza que outra, e que assim, favorecem a emergência desses conflitos e sua posterior discussão. Essa tensão é produtiva e positiva porque favorece uma resignificação de sentidos próprios a cada microssistema, por parte do estudante, proporcionando ao aluno uma imersão no processo sócio-histórico de construção coletiva. Segundo Bissoto, existem várias influências na relação escola-família que produz uma situação de estranhamento entre uma e outra que favorece a situação de fracasso escolar. Influências referidas à família:

- a) a crença dos pais na própria capacidade em lidar com a situação escolar dos filhos e a crença nos impactos que a sua participação poderá ter, quer no processo de escolarização desses, quer nas tomadas de decisão da gestão da escola; b) a percepção que os pais têm em relação à qualidade do desempenho escolar de seus filhos (habilidades acadêmicas, esforço pessoal, expectativas em relação a esse desempenho, receptividade da criança/jovem ao professor/escola, etc.); c) a memória dos pais em relação à instituição escolar: suas próprias histórias prévias na escola, e como percebem a função da escola em favorecer – ou não – o sucesso pessoal e profissional dos filhos; d) as identidades culturais, étnicas e religiosas, na medida em que essas identidades influenciam as concepções de socialização, de conhecimento e de aprendizagem, ou dos ideais presentes nessas identidades, que se referem às projeções elaboradas sobre a instituição escolar; e) o *ethos* familiar: valores, disciplina, formas de focar a formação da criança/ jovem e as ações éticas, o que se espera da criança/jovem como pessoa; e f) o histórico do envolvimento dos pais na educação dos filhos e características pessoais dos filhos, como idade, gênero, condições de saúde e de personalidade, habilidades intelectuais, esportivas, artísticas, dentre outras (BISSOTO, 2009 p.89).

É necessário que a escola reflita sobre os preconceitos e discriminações existentes no seu cotidiano e saber que não é o grau de instrução dos pais que motiva a criança/jovem a estudar, mas é o interesse em participar de sua vida escolar, bem como na participação da escola.

2. ESCOLA – CONSTRUTORA DA PONTE DE COMUNICAÇÃO

A escola como formadora social deve favorecer a construção e interação nas quais os projetos pedagógicos trabalhem necessidades e problemas, favorecendo a valorização da informação e da formação dos alunos. Para a realização desse trabalho, é necessário pensarmos no aluno enquanto seres sociais e culturais, inseridos na família e na sociedade. Mas como manter uma relação de forma benéfica e produtiva? Escola e família precisam enxergar uma a outra como complemento do processo educativo, e não como um obstáculo.

A escola é a instituição que se propõe a formar cidadãos, tornando necessária a construção de uma relação de diálogo. Mas a quem cabe a iniciativa de construir essa relação? Oliveira (2010) diz que há uma culpabilização por parte dos professores sobre os pais, por afirmarem que ao abrirem as portas da escola, há um desinteresse em relação à educação dos filhos, na medida em que atribuem à escola toda a responsabilidade pela educação. Mas esse tipo de argumentação dos professores é uma visão pessimista da relação escola-família. A autora cita Tancredi e Reali (2001), Reali e Tancredi (2002), Caetano (2004) para enfatizar de que “a construção da parceria entre escola e família é função inicial dos professores, pois eles são elementos-chave no processo de aprendizagem” (OLIVEIRA 2010, p. 103).

Os professores possuem a formação profissional específica para “as tentativas de aproximação e de melhoria das relações estabelecidas com as famílias devem partir, preferencialmente, da escola” (OLIVEIRA 2010, p. 103), e deixar por conta das famílias, apenas reforça sentimentos que repelem a participação da família, devido à ausência de capacidade técnica de conhecimento específico que o professor possui.

No artigo de Oliveira (2010), em pesquisa com professores e diretores sobre o aspecto que eles consideram importante com a aproximação da família com a escola, o aspecto central apontado é o envolvimento dos pais na educação dos filhos. É percebido que para alguns professores a presença da família na escola representa uma ameaça a seu território, por se sentirem privados de sua competência. Mas é sabido que a presença e participação dos pais na escola não podem e não devem significar uma ameaça aos professores.

Porque escola e família ainda estão distanciadas? As famílias são diferentes e enxergam a escola de diversas formas. São diversos valores, são costumes familiares distantes do que a escola costuma valorizar e isso tudo promove o distanciamento e a família não se vê reconhecida no mundo escolar. É preciso que a escola se responsabilize por criar estratégias que propiciem um estreitamento da sua relação com as famílias. Proporcionar formas efetivas de aproximação, desenvolvendo ações concretas que promovam uma efetiva parceria.

Ribeiro (2006) diz que o conhecimento ofertado pela escola é visto pelos pais, como um conhecimento superior ao que eles possuem, o que os leva a se sentirem incapacitados para contribuir com questionamentos que sejam da mesma altura daquele encontrado nos participantes da estrutura escolar, e devido a esse sentimento, eles se tornam submissos e ausentes mesmo percebendo irregularidades na escola. O autor diz que também percebeu que em situações que se referem à aprendizagem ou problemas de comportamento, a pressão entre a família e escola se intensifica e é comum a desistência da família na participação da escola. A visão que a escola tem do fracasso escolar é tida como consequência de dificuldades do aluno em casa, há uma culpabilização pelo fracasso escolar que recai sobre as famílias. Percebe-se que numa parcela pequena de pais e comunidade escolar existe uma conscientização de que a escola e o professor também são os responsáveis pelas dificuldades dos alunos. Carvalho (2004) se refere à passividade e à falta de participação parental na escola em função da aceitação do saber 'dos especialistas' como superior ao próprio saber.

Ribeiro (2006) verificou que a escola possui um modelo idealizado, que é cultuado e exigido por ela mesma, e que as famílias se esforçam para se encaixar neles. O autor percebe que a escola se relaciona com as famílias principalmente no sentido de cumprir uma exigência e que parece não haver um movimento em prol de buscar uma realidade vivida pelos alunos e suas famílias. Essa rigidez foi entendida em função dos pais acreditarem que o saber da escola é inquestionável. Por isso, eles distanciam-se da escola, excluindo, praticamente todas as possibilidades de avaliação e discussão acerca das ações educativas da escola. Para os pais, os professores são 'especialistas e profissionais' na educação de crianças, e por isso 'sabem o que fazem'. Estes, por sua vez, se dizem pouco conhecedores e estudiosos sobre este assunto, apesar de relatarem buscar leituras e dicas sobre a educação dos filhos em livros.

Assim, a escola complementa, através da assunção de um papel social estereotipado, em que a hierarquização do saber é mantida, a postura submissa e não verdadeiramente participativa dos pais. Logo, a fórmula família-escola, da maneira como vem sendo vivida na realidade, acaba perpetuando a dinâmica de exclusão de parte das camadas populares da escola pública, ainda que este mecanismo ocorra, atualmente, de forma mais sutil. Além disso, a assimetria na relação família-escola é ao mesmo tempo negada, mas também utilizada na manutenção das relações tais como estão acontecendo na realidade institucional. Ao negar esta assimetria, a escola termina assumindo seu local de poder, estabelecendo uma relação instituída com os pais, sem conseguir, no entanto, uma aliança eficaz (RIBEIRO 2006, p. 393).

Oliveira (2010) diz que família e escola são determinantes ambientais e culturais, e que a relação entre a educação e classe social mostra um conflito entre a organização da família com os objetivos da escola e que as famílias que não conseguem se enquadrar no modelo desejado pela escola, são tidas como culpadas pelas disparidades escolares.

A participação da família no cotidiano escolar para o desenvolvimento pleno da criança se refere a práticas educativas e sistemáticas como oportunizar e exigir a frequência do filho à escola, estabelecer horários de estudo, o cumprimento das tarefas escolares. Dessa maneira, os pais estarão demonstrando interesse, dando credibilidade e confiança à instituição de ensino. A participação familiar na escola deve ser entendida também como a participação nos órgãos colegiados da escola como APMF, Conselho Escolar e outras formas de participação na escola de maneira mais efetiva, maneiras essas que consolidam a democratização da gestão escolar.

O professor compreendendo a sua missão profissional de ser o agente principal responsável pelo ensino aprendizagem e na outra ponta a família consciente de sua participação atuante na escola através de incentivos e possibilitando a frequência, pontualidade, horário de estudo e participação na escola ajudarão na superação dos problemas de relacionamento entre essas duas importantes instituições da sociedade. O que se espera da família nessa perspectiva pedagógica é que ela seja atuante na escola, mas as dificuldades que as famílias poderão encontrar neste processo estão articuladas com a familiaridade com o conhecimento, linguagens e padrões de avaliação específicos da escola, pois que o padrão de sucesso escolar muitas vezes reflete a distância ou afinidade entre cultura doméstica e cultura acadêmica (CARVALHO, 2004, p.53).

O papel do professor é ser o agente facilitador desse processo. Ele deve conhecer tanto o funcionamento da escola quanto o histórico social do seu aluno e, com isso, estabelecer estratégias favorecendo o respeito, a compreensão e o desenvolvimento no processo de aprendizagem. No entanto, ressalta-se que o professor, sozinho, não pode ser responsabilizado por esta tarefa tão complexa. A proximidade e interação entre famílias e escola devem ser pensadas no interior de ações mais amplas das políticas públicas de educação no Brasil. É necessário que os pais tenham espaço para expor suas ideias e ouvir os professores. Os professores devem se expressar e respeitar os pensamentos dos pais. A cooperação consiste em que um se coloque no lugar do outro, em que família e escola se reconheçam como parceiras, como agentes de uma mesma ação: a educação. É preciso aproveitar os momentos de permanência dos pais na escola, por meio, por exemplo, das reuniões de pais e mestres. Tais reuniões precisam ser reformuladas, tornando-se um canal de diálogo onde pais e professores se expressem. E para a realização de uma boa reunião é necessário um bom planejamento. Nessa relação de cooperação, ela se torna o canal comunicador possível para colocar em prática o diálogo entre família e escola. As reuniões possibilitam momentos de troca, crescimento e envolvimento entre as instituições envolvidas no processo de ensino-aprendizagem. Em contextos de reunião, juntos, pais e professores podem construir processos de confiança e cooperação. Por isso, a principal função das reuniões é compartilhar interesses e ações que possam beneficiar o aluno. Não existe um modelo ideal de reunião de pais. Porém é possível definir alguns fatores norteadores para a reunião e, conseqüentemente, uma boa relação entre família e escola. Cooperação, coletividade, parceria e união devem ser os princípios básicos dessa relação. A reunião deve sempre focalizar a troca de informações em que família e escola possam em conjunto elaborar uma solução para os problemas encontrados no cotidiano da escolarização dos filhos. Sendo assim, as mesmas devem ocorrer durante todo o ano, e não somente no fechamento de notas ou para dar notícias do rendimento dos alunos. O recomendado é que a escola planeje objetivos e questionamentos direcionados à família e que a família também contribua com a escola, porque uma instituição depende da outra para o alcance dos seus mútuos objetivos.

Diante da desigualdade social e educacional, segundo Carvalho (2004), a tarefa da escola é ensinar um currículo básico comum no seu próprio tempo-espço

com seus próprios recursos, tentando compensar as diferenças culturais dos alunos e limitando a avaliação àquilo que o currículo escolar oferece explícita e sistematicamente. Há muitas barreiras para a família ter acesso às questões pedagógicas da escola, mas ressalta que o contrário não acontece, em referência a entrada da escola na família, “pois aquela acredita estar autorizada a penetrar nos problemas domésticos e a lidar com eles, além de se considerar apta a estabelecer os parâmetros para a participação e o envolvimento da família” (OLIVEIRA 2010, p. 104). Parece razoável esperar que as famílias sejam parceiras, aliadas dos professores, se interessarem pela vida escolar dos filhos. Mesmo quando seus adultos são analfabetos espera-se que se sentem ao lado dos filhos no momento das atividades escolares de casa, pois, acredita-se que a família deseja a eles o melhor, o sucesso escolar. Porém, essas posturas exigem certas condições objetivas: tempo disponível, valorização da escola, interesse acadêmico, conhecimento das disciplinas e da rotina escolar, o que a maioria das famílias não possui. No artigo de Carvalho (2004) ele diz que o envolvimento das famílias na vida escolar dos filhos, em casa e na escola, pode-se melhorar o desempenho acadêmico desses. Considerando que muitos pais trabalham o dia todo, ou que não sabem ler/escrever podem encontrar outra forma para conversar com o filho e ficar a par da escola, das tarefas, etc. Relatos de experiências nessa direção confirmam que essas atitudes refletem na melhoria do aprendizado e do comportamento dos alunos.

2.1. PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA E O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO

No artigo de Marcondes e Sigolo (2012), as autoras analisam as relações que são estabelecidas entre escola e a família de alunos com baixo rendimento escolar. As autoras consideram como primordial para o desenvolvimento humano um elo adequado entre elas sendo, imprescindível haver comunicação e colaboração entre as partes, a fim de que se constituam em ambientes benéficos para crianças e adolescentes. O resultado apresentado teve o destaque para a comunicação como principal veículo de trocas entre os dois contextos, embora, ainda precise ser aprimorada. Os dados revelaram a desigualdade de forças existentes neste cenário, destacando a instituição escolar como a detentora do poder, ou seja, é ela quem

decide *quando e por que* as relações devem ocorrer; as famílias ainda mostram-se dependentes dela.

As comunicações entre as duas instâncias evidenciaram-se precárias, centradas em reuniões bimestrais entre pais e mestres, nas quais prevalece uma postura hierárquica na regência dos encontros e “adultocêntrica”. Nos encontros, os tipos de informações trocadas entre as instâncias eram centradas no tripé: rendimento escolar, problemas de comportamento e auxílios à APM, relegando explicações relacionadas ao funcionamento da instituição e ao trabalho pedagógico, as quais a escola não considerava importante compartilhar com os responsáveis. A superficialidade das informações e o enfoque negativo dado às reuniões geravam distanciamento e retraimento dos familiares. (MARCONDES, 2012 p.98)

Bissoto (2009) explana sobre a importância para o envolvimento escola/família/estudantes e o quanto promove o favorecimento do sentimento de pertencimento do estudante com a escola, levando em consideração que esse sentimento de pertencimento está ligado diretamente à qualidade do processo educacional. Quanto maior for esse sentimento de pertencimento à instituição escolar, menor será a alienação do estudante. Alienação esta que se refere ao processo de estranhamento do aluno ao processo educacional com um distanciamento aos processos de aprendizagens/socialização no meio escolar, causando interferência aos significados dos processos de aquisição dos conhecimentos escolares. Esse estranhamento está na base da emergência do fenômeno fracasso escolar.

Carvalho (2004) diz que “do ponto de vista da escola, envolvimento ou participação dos pais na educação dos filhos e filhas significa comparecimento às reuniões de pais e mestres, atenção à comunicação escola–casa e, sobretudo, acompanhamento dos deveres de casa e das notas” (CARVALHO, 2004, p.44). Na política de participação da família junto à escola há uma concordância no que se baseia na ênfase dos pais que parece positiva porque beneficia os alunos - os filhos, e objetiva aumentar a participação democrática quanto o aproveitamento escolar. O que se vê é que além dessas condições e disposições dos pais para participar, “a política de incentivo a sua participação na escola na escola pública pressupõe aquilo que ela quer construir: continuidade cultural e identidade de propósitos entre famílias e escolas” (CARVALHO, 2004, p.44). O que se vê é que há famílias que participam mais do que outras e há aqueles professores que desejam ajudar os pais e também aqueles que se ressentem quando este envolvimento interfere no seu trabalho

pedagógico e para responder essa questão o autor diz que é preciso considerar variáveis de classe social e gênero.

a participação dos pais na escola está relacionada ao desempenho escolar do estudante, ou seja, quanto maior o envolvimento destes na educação dos filhos e filhas, maior o aproveitamento escolar, temos de considerar as condições materiais e culturais das famílias e a disponibilidade de seus responsáveis. Pois há muito sabemos, embora haja exceções, que o fracasso escolar atinge as crianças das famílias mais pobres das escolas públicas mais carentes (CARVALHO, 2004, p.46).

Sobre a presença dos pais na escola, no monitoramento das tarefas escolares, Carvalho (2004) diz que isso “requer certas condições: basicamente, capital econômico e cultural (...), vontade e gosto”.

Capital econômico se traduz em tempo livre (e boa qualidade de vida) para que o pai ou mãe se dedique ao acompanhamento dos filhos/filhas ou, na falta de tempo, dinheiro para pagar uma professora particular em casa ou aulas de reforço. Capital cultural significa cultura acadêmica (científica) e conhecimento atualizado dos conteúdos curriculares e de pedagogia (CARVALHO, 2004, p.46).

Mas esse é um perfil que não condiz com os padrões da grande maioria da família brasileira e que não corresponde às condições de vida da maioria das mulheres que estão inseridas no mercado de trabalho. Carvalho (2004) esclarece que essa política de envolvimento dos pais na escola surgiu com o discurso da globalização neoliberal na década de 1990, onde a família foi chamada para participar da escola. Não tem nenhuma intenção de promover a justiça social e felicidade pessoal, mas objetiva competitividade econômica, eficácia escolar que são medida por testes e sucesso individual através do investimento da família no dever de casa. A família foi chamada para a escola e está sendo responsabilizada pelo sucesso ou fracasso escolar.

A política de envolvimento dos pais na escola e o seu modelo de relacionamento entre família-escola consegue sua legitimidade por causa de seu vínculo com a classe média, formada por profissionais que possuem “aspirações de ascensão social de muitos grupos excluídos, que acreditam na promessa da educação escolar e sonham com o estilo de vida das classes médias” (Carvalho 2004, p. 52). Mas o que se vê é que a escola consegue manter uma parceria apenas com um único modelo familiar: cujos filhos obtêm sucesso escolar. Perante essa falta educacional, a escola precisa ensinar com um currículo básico compensando

com um tratamento pedagógico apropriado nas diferenças culturais, familiares, étnicas, de classe dos estudantes.

Ao invés de demandar a contribuição da família para a aprendizagem do currículo escolar, a escola deveria investir em práticas pedagógicas efetivas (Carvalho, 2000). Portanto, é preciso clarificar o significado da desejável parceria família–escola, pois parceria (mesmo reconhecendo-se que as relações família–escola são de interdependência) não significa identidade de atribuições.

Os entraves que impedem o bom relacionamento entre essas instituições, escola e família, estão relacionados à dificuldade de aproximação entre elas, a qual muitas vezes recai no discurso dos professores que a família não valoriza ou não dá apoio suficiente à escola. Os professores acusam a família como a responsável pelo fracasso escolar dos alunos devido à desestruturação familiar e os problemas que são trazidos para a escola e todos os problemas que dela acarretam sobre os indivíduos em idade escolar. Como se a escola fosse a responsável para dar conta do que a família deveria ser e está repassando para a escola.

Dessen e Polonia (2007) destacam os problemas que caracterizam um mal estar entre o relacionamento entre família e escola e a responsabilidade que cabe a cada um, onde o que se vê com constância é uma troca de culpabilização pela ausência do cumprimento de seus papéis. Aos professores, que se colocam como transmissores de conhecimentos se deparam com a realidade onde transmissão de conhecimentos não basta, o professor deve agir como intermediário e com interdisciplinaridade. A escola como detentora do conhecimento científico organizado, deve fornecer e promover a relação, de forma que esse esforço leve em consideração os aspectos da situação social e cultural e que influenciem. O que cabe às famílias, que são as responsáveis pelo desenvolvimento social e psicológico do indivíduo, é o de promover a interação com a escola através de questionamentos, sugestões e interagindo ao meio com a intenção de “fornecer elementos que através de discussões e ampla comunicação com os educadores promovam as iniciativas que vão de encontro às necessidades dos educando” (DESSEN e POLONIA, 2007).

A divergência entre família está na tarefa de ensinar, sendo que a primeira tem a função de favorecer a aprendizagem dos conhecimentos construídos socialmente em determinado momento histórico, de ampliar as possibilidades de convivência social e, ainda de legitimar uma ordem social, enquanto a segunda tem a tarefa de promover a socialização das crianças, incluindo o aprendizado de padrões comportamentais, atitudes e valores aceitos pela sociedade (OLIVEIRA, 2010 p.101).

Para um relacionamento produtivo, ideias prontas devem ser desconstruídas. É essencial que os professores entendam o público para o qual prestam serviço, saber como está organizada a família contemporânea e qual o papel dela na Educação. Por outro lado, a família deve compreender a sua missão e as propostas da escola e conhecer formas de contribuir com ela.

No enfoque sociológico a relação família-escola é vista em função de determinantes ambientais e culturais. A relação entre educação e classe social mostra certo conflito entre as finalidades socializadoras da escola (valores coletivos) e a educação doméstica (valores individuais), ou seja, entre a organização da família e os objetivos da escola. As famílias que não se enquadram no suposto modelo desejado pela escola são consideradas as grandes responsáveis pelas disparidades escolares. Segundo este enfoque, faz-se necessário, para o bom funcionamento da escola, que as famílias adotem as mesmas estratégias de socialização por elas utilizadas. (OLIVEIRA, 2010 p.102)

Os professores querem a participação dos pais para melhorar o desempenho dos alunos, mas nas reuniões o que menos se fala é em aprendizagem. Muitas vezes, professores fazem reuniões só para reclamar e cobrar atitudes dos pais. As reuniões deveriam ser momentos de explicar o planejamento pedagógico, as ações já realizadas e a evolução do aprendizado. Não é suficiente entregar o boletim. Os pais precisam entender o que os filhos sabem e o que não sabem. É nessa hora que se faz necessário à presença dos pais na escola, mas também se sabe que muitas vezes, a ausência não é proposital, e esse estudo, visa evidenciar a importância da relação das famílias com a escola para o desenvolvimento integral do aluno, significa que a presença do pai é muito importante para o filho, logo, isso se reflete na escola, e seu desempenho e desenvolvimento só tendem a crescer. A aproximação que se vê mais habitualmente nas escolas é a participação dos pais na escola em dias de reuniões ou quando os pais são chamados à escola para conversar devido a problemas que os alunos estão enfrentando. Através desses exemplos, percebemos qual é a visão de participação pela escola. Mas qual a perspectiva para que haja uma interação entre as duas instituições? É fundamental que aconteça a parceria entre escola e família, e que juntos possam alcançar o objetivo em comum, de formar cidadãos que saibam como viverem no mundo atual. Se a escola e a família buscam ações coordenadas, os problemas são enfrentados e resolvidos, afirma Dessen e Polonia (2007).

3. A GESTÃO DEMOCRÁTICA

Na história da educação brasileira do século XX, há uma sequência de políticas que determinaram o funcionamento do ensino. Na década de 1920 houve um debate educacional que conquistou espaço social e apresentou condições sociais, políticas e econômicas favoráveis para que a questão educacional de interesse nacional. Após a Proclamação da República, o país continuou com os problemas entre as correntes de migrações, insatisfações políticas e crises no setor econômico. Posteriormente a isso houve a inquietação de diversos movimentos de cunho social pedindo reforma da profissionalização do magistério e por métodos pedagógicos nas escolas.

A Revolução de 1930 possibilitou uma nova inquietação com os problemas educacionais do país, a queda da Bolsa de Nova York refletiu no Brasil e foi a causa da 'crise do café', o que favoreceu uma corrente migratória para os centros urbanos e nesse cenário foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública. Em 1932, o Manifesto dos Pioneiros foi proposto por intelectuais, com tendências liberais que propunha uma escola pública única, laica, obrigatória e gratuita. Entre os organizadores do Manifesto dos Pioneiros eram Anísio Teixeira, Cecília Meireles e Fernando de Azevedo. Tais propostas não eram favoráveis ao pensamento do grupo dos católicos e integralistas que desaprovavam mudanças modernas e democráticas para a educação, tanto que na Constituição de 1934, católicos e o grupo mais conservador conseguiram incluir no currículo educacional a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas, e também a fiscalização e regulamentação das instituições do ensino público e particular caberia ao Estado.

A Reforma Capanema surgiu entre 1942 a 1946, onde foram editadas várias leis que reafirmaram a centralização do Estado em relação à reforma anterior quando o Presidente Getúlio Vargas, impôs o governo de forma centralizadora e autoritária. Nos anos seguintes, o debate pedagógico é defendido entre as esquerdas e os partidos progressistas com objetivo de democratizar e melhorar o ensino. Na Constituição Federal de 1946, houve novo debate para a votação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que envolveu a sociedade civil e como resultado, a aprovação da Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Com as mudanças políticas e o golpe militar de 1964, o poder voltou a ser centralizado no governo, atingindo as políticas educacionais.

A Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, é aprovada e estabeleceu de forma gradual a responsabilidade do ensino fundamental para os estados, mas os recursos e medidas administrativas ainda de responsabilidade federal, tornando os Estados dependentes das decisões da União. Com a tentativa de retomar a democracia e reconquistar espaços políticos pela sociedade, no fim da década de 1970 e início da década de 1980 produziu uma fase nova para a educação. Com o fim iminente da política educacional vigente e aliada à ascensão de intelectuais de esquerda do partido de oposição, o partido político PMDB levou à concretização de propostas da sociedade civil a democratização da educação. Período em que as principais alterações realizadas pelos novos administradores opositoristas foram sobre as metas de descentralização da administração, com formas de gestão democrática da escola, com a participação de professores, funcionários, alunos e pais e também com eleição direta para diretores.

A década de 1990 trouxe a influência da globalização econômica com um discurso sobre modernização e qualidade. Uma nova tendência com imposição de limites ao discurso da globalização e da ampliação quantitativa do ensino trazendo a tona o debate sobre a eficiência com adoção do critério de competência. A nova Lei de Diretrizes e Bases na forma da Lei nº 9.394 de 23 de dezembro de 1996, trouxe a constituição dos Conselhos participativos e isso, progressivamente, foi se tornando uma realidade. A nova LDB destaca os princípios pelos quais se pauta a educação nacional embasada na liberdade e no pleno desenvolvimento do educando visando o preparo para a sua autonomia para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A LDB aponta para a participação da população na gestão e atuação nas escolas nos artigos 12, 13 e 14, que fazem referência de que os estabelecimentos de ensino terão a atribuição de “articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola”, e a tarefa dos professores é “colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade”, que deverá ter participação das comunidades escolares e local conselhos escolares ou equivalentes. (Brasil, 1996). Sobre o direito e a importância da atuação da família na escola, Inforsato (2011) em seu artigo sobre gestão democrática da educação, discute as expectativas da escola sobre a participação da família e cita o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/Brasil, 1990), sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, no que se refere à escolaridade e

especificamente ao tema em questão diz: “é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais” (Brasil, 1990).

Ribeiro (2006) percebe que os pais enxergam a escola de forma idealizada, e que ficam satisfeitos quando são elogiados, e que se retraem mediante as críticas que ouvem, e que este é o método que parece ser adotado pela escola mediante a participação dos pais. Entretanto, há críticas aos que não se encaixam nessa maneira de agir e há várias referências por parte da escola que se referenciam às famílias taxadas como desestruturadas, apontando a elas o que não fazem e que deveriam estar fazendo, segundo ao modo de ver dos professores. Outra crítica por parte dos agentes escolares, é que os pais que mais deveriam participar da vida escolar dos seus filhos, não participam. Essa é uma crítica que não há uma “reflexão aprofundada, em termos do que talvez os esteja afugentando, mas também sobre a relevância das expectativas da escola quanto à atuação da família” (RIBEIRO 2006, p. 389).

Sobre a participação dos pais na escola, Ribeiro (2006) diz que essas reuniões de pais parecem ter caráter defensivo, porque “ao falarem sobre o assunto alguns eram puramente descritivos, outros genéricos, e os poucos avaliativos foram negativos, tendo sido apontado que as reuniões são chatas, cansativas e demoradas, gerando desinteresse na maioria” (RIBEIRO 2006, p. 390). O que consta no Regimento Escolar, a reunião de pais é em função dos pais e um direito em prol da gestão democrática da escola, mas que no entendimento dos pais, o cumprimento deste propósito pode ser questionado. Porém, quanto à participação dos pais na escola, Ribeiro (2006) aponta que mesmo que a participação da família na escola seja aclamada como fundamental por todos – por parte da escola e da família, o que se vê é uma participação que se limita somente em termos da ajuda deles à escola.

Ribeiro (2006) fala sobre a campanha Amigos da Escola, que foi veiculada por uma grande rede televisiva brasileira para incentivar a população a fazer trabalhos voluntários nas escolas públicas. O que se vê por trás dessa campanha é “mais uma ação no sentido do autofinanciamento da escola, resultado da política neoliberal e sobre a qual há inúmeras críticas na literatura” (RIBEIRO 2006, p. 390). O autor percebe que a dificuldade com a prática dos Amigos da Escola se dá quando o “modelo de atuação passa a ser imposto aos pais tornando-se mais um

motivo para discriminação daqueles que não podem ou não desejam cumpri-lo” (RIBEIRO 2006, p. 390). Num dos relatos, uma mãe participante do projeto Amigos da Escola, justifica sua participação não somente porque gosta, mas o faz para que não seja criticada pelas professoras. Outras mães relataram que foram criticadas por professoras da escola pela sua participação na escola estar vinculada a uma ideia de “vigiar a escola”. O autor observou que há dificuldade dos professores em aceitarem a presença dos pais na escola, e ele aponta que “os dois se ameaçam mutuamente devido a uma não delimitação precisadas das funções educativas da escola e da família” (RIBEIRO 2006, p. 392). Outras mães fizeram referência às suas participações nos espaços decisórios de poder, mas que não houve uma verdadeira participação nas referidas decisões porque o que se observou nesses momentos, foi que sem o exercício de uma reflexão crítica, os pais acabam reproduzindo a lógica da escola e não conseguem verdadeiramente dar sua contribuição. Em referência a isso, o autor diz que é necessária uma reflexão “se o simples oferecimento de espaço em fóruns de decisão, dentro da escola, pressupõe uma efetiva participação dos pais nesse âmbito” (RIBEIRO 2006, p. 392).

Sobre a função social da escola, Oliveira (2010) traz os resultados de sua pesquisa sobre a visão que alguns professores possuem de um modelo familiar idealizado, onde a família deveria ter um suporte para cada fase da vida da criança e onde fluísse uma comunicação de aparente mão única, devido ao pouco espaço escolar para as participações das famílias e que tal presença na escola varia de acordo com o interesse da escola. O autor enfatiza que educação e escola derivam de uma relação estreita embora não configurem uma relação de dependência devido a diferença entre a educação escolar e educação que se dá fora da escola.

Escola e família têm suas especificidades e suas complementaridades. Embora não se possa supô-las como instituições completamente independentes, não se pode perder de vista suas fronteiras institucionais, ou seja, o domínio do objeto que as sustenta como instituições (OLIVEIRA, 2010 p.101).

3.1 A DEMOCRATIZAÇÃO NA ESCOLA

O compromisso da família com o processo de escolarização está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96). O artigo 12 enfoca que para o desenvolvimento educacional do aluno, é necessário abranger os deveres da família e que a escola deve criar formas de comunicação que informem o rendimento dos alunos, a frequência, e sobre a proposta pedagógica da escola. No artigo 2º da mesma lei é declarado que a educação é dever da família e do Estado, que deve contribuir para o desenvolvimento do educando. A legislação fornece subsídios para que família e escola trabalhem juntos nas decisões necessárias para a escolarização das crianças e jovens.

A discussão sobre a democratização da gestão escolar é defendida por educadores e estudiosos da área como um dos mecanismos importantes para se alcançar uma educação pública de qualidade, universal, como exercício de cidadania. A ideia de gestão democrática no sistema educacional público abre possibilidades para que se construa uma escola pública de qualidade, que atenda aos interesses da maioria da população brasileira, além de representar uma possibilidade de vivência e aprendizado da democracia, podendo tomar um sentido diferenciado do proposto pelos fazedores de política. O trabalho de Marques (2012) discute a formação da cultura democrática escolar a partir da análise de discurso dos membros do Conselho Escolar de três escolas públicas pernambucanas. A autora considera que a gestão democrática não é instituída por leis ou normatizações, mas tem um caráter instituinte, podendo ser construída de diferentes formas em cada escola. Tal construção depende da forma como o discurso é tratado como prática social, que tanto pode manter como transformar as relações sociais. Na análise dos dados empíricos coletados na pesquisa de Marques (2012) se revelou que as práticas discursivas constroem significados à gestão de cada escola e que são constitutivas de sua cultura. A autora considera a cultura como o tecido de significações em função das quais os homens interpretam suas experiências e guiam suas ações. A escola não é um espaço de simples aquisição de conhecimentos, mas de aprendizados outros, como o das práticas democráticas. Os intercâmbios que se realizam no cotidiano escolar trazem efeitos no pensamento, sentimentos e condutas da comunidade escolar, ou seja, constroem identidades. Na

“gestão das unidades escolares, é através da reapropriação, ressignificação e reinterpretção que as diretrizes da política educacional para a gestão das escolas serão relativizadas e adaptadas à realidade de cada unidade escolar” (MARQUES, 2012 p.1181).

Dessa forma é que os conselhos escolares são entendidos:

como um espaço político de construção social contingente, negociação de conflitos, confrontos e interesses, através de práticas discursivas, onde são construídos significados simbólicos, capazes de gerar mudanças no comportamento da comunidade escolar, em relação à gestão da escola e, portanto, na cultura escolar (MARQUES, 2012 p.1181).

Uma das questões desse estudo busca uma orientação para a questão: será que existe uma participação do conselho da escola que seja efetivamente participativo e consciente das necessidades da comunidade estudantil?

O conselho escolar é considerado uma estrutura discursiva, que constitui e organiza relações que se dão no interior da escola, através de práticas articulatórias que constroem sentido à gestão escolar (MARQUES, 2012 p.1181).

Conti e Luiz (2007) enfatizam que o conselho de escola é muito dinâmico e por isso mesmo está em constante processo de transformação. Da mesma forma Marques (2012) diz que “os sentidos da gestão são construídos através das práticas discursivas pelos conselheiros escolares têm a marca própria de cada escola, tendo em vista que ela representa uma organização, sendo, portanto, culturalmente diferente” (2012 p.1181). A autora sinaliza para uma das dificuldades que são encontrados nos conselhos de escolas que é a falta de contato com outros pais da escola, pois não há mecanismos de consulta, impedindo o funcionamento democrático do conselho. A escola, dada a sua estrutura e forma de funcionar, não leva em conta eventuais interesses contrários por parte de alguns e não promove ações no sentido de criar esses mecanismos de consulta.

O papel da comunidade escolar, especialmente professores e diretor é fundamental para a mobilização da comunidade, alunos e pais. O que não existe é uma articulação entre os diferentes colegiados da escola, como conselho de escola, associação de pais e mestres e grêmio estudantil.

Uma das maiores dificuldades sobre a atuação em conselhos escolares gira em torno do poder constituído que dificulta a participação dos segmentos populares. Outro obstáculo tem a ver com a representação, pouco legítima, porque os conselheiros não dispõem de canais de consulta aos representados, caso mais flagrante no segmento dos pais.

Conti e Luiz (2007), por sua vez, apontam para várias dificuldades a serem enfrentadas para se chegar à democratização da gestão das escolas públicas, mas também sinaliza para a existência de energias positivas que precisam ser “melhor canalizadas, iniciativas a serem estimuladas e também muita reflexão a ser feita para se encontrar caminhos mais promissores, capazes de romper com as barreiras administrativas e os vícios centralizadores dos órgãos públicos” (CONTI e LUIZ 2007, p.15).

O Programa Nacional dos Conselhos Escolares objetiva ampliar a participação das comunidades escolares na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas em consonância com o processo de democratização da sociedade; promover a cultura do monitoramento e avaliação no âmbito escolar, para garantir a qualidade da educação.

O compromisso familiar, dos pais com o escolarização dos filhos está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96). No artigo 2º da lei, está declarado que a educação é dever da família e do Estado, que devem contribuir para o desenvolvimento do educando. No artigo 12º, põe em evidência que para o progresso educacional do aluno é necessário abranger os deveres familiares e que é para a escola proporcionar maneiras de uma comunicação eficaz que informe o desenvolvimento do aluno. A escola precisa criar atalhos para a família ter acesso à proposta pedagógica. A legislação fornece subsídios para que família e escola trabalhem juntos nas decisões necessárias para a escolarização das crianças e jovens.

Como a participação das famílias nas escolas está prevista em leis nacionais está garantido que aos pais/responsáveis têm o direito de ter ciência do processo pedagógico, assim como de participar da definição das propostas educacionais. Embora os fóruns privilegiados para que a participação dos pais se concretize ainda sejam o Conselho de Escola, as Associações de Pais e Mestres e as Reuniões de Pais e Mestres, tem sido enfatizada a importância de ampliação das oportunidades

para dar voz aos pais e/ou responsáveis, sobretudo através de sua inclusão nos processos de formulação dos Projetos Político-Pedagógicos e de avaliação institucional de cada unidade escolar.

CONCLUSÃO

A relação entre escola-família é marcada por conflitos. A partir da leitura dos artigos selecionados, é possível compreender que, para a escola, a família é boa quando o aluno se adapta às especificidades da escola, como na aprendizagem e controle do seu comportamento, e é ruim quando não há essa adaptação esperada. Quando o aluno se encaixa nessa segunda opção, o que acontece por parte da escola é a culpabilização das famílias, recaindo sobre elas julgamentos morais.

O relacionamento estabelecido pela escola não deve privilegiar apenas a função de orientar pais sobre como ensinar os seus filhos. A relação entre família e escola ainda se mantém, devido às situações que estão ligadas aos fatores de indisciplina, rendimento escolar ou outro problema, o que pouco contribui para uma parceria baseada em fatores gratificantes relacionados ao aprendizado, desenvolvimento e sucesso dos alunos. O relacionamento que se vê entre essas instituições são de ordem defensivas.

A relação família e escola são indispensáveis ao processo de desenvolvimento do indivíduo. Não existe uma dissociação entre papel da família e papel da escola, a parceria é útil e necessária. Família e a escola apresentam grande importância na educação e são consideradas peças fundamentais nesse processo. É possível afirmar que seria uma ação conjunta entre as duas o que conduziria ao sucesso escolar.

A escola tem sua parcela de contribuição no desenvolvimento do educando, mais especificamente na aquisição do saber culturalmente organizado em suas distintas áreas de conhecimento. As escolas devem se planejar de forma que integrem a família ao processo pedagógico.

Trabalhando em parceria, tanto escola quanto família podem contribuir para o desenvolvimento de crianças e jovens, contribuindo para construção de seus processos de aprendizagem, desenvolvimento cognitivo, afetivo e social. A família ajuda a escola a conhecer o educando e, da mesma forma, a escola ajuda a família

a trabalhar as dificuldades dos alunos. As escolas devem se planejar de forma que integrem a família ao processo pedagógico. O professor deve orientar os pais de forma que beneficie tal relação, planejando e lidando com de maneira positiva com a presença da família na escola e entendendo a importância dessa ação.

O desafio atual para os trabalhadores e estudiosos da educação está em construir uma real relação entre a família e a escola no sentido de que ela possa ser associada a eventos positivos e agradáveis para acrescentar aos processos de socialização, aprendizagem e desenvolvimento e para isso é necessário mais pesquisas que invistam no conhecimento desta relação.

Assim, considerando a literatura analisada, os resultados desse trabalho indicam que a participação da família ainda se dá de forma insuficiente e/ou limitada em boa parte dos estabelecimentos de ensino, apesar do desenvolvimento de programas governamentais que visam o fortalecimento desta participação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BISSOTO, Maria Luisa. **O fracasso na escola**. Revista Iberoamericana de Educação, nº 50 p.81-98. 2009.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Modos de educação, gênero e relações escola-família**. Cadernos de Pesquisa. [online]. 2004, vol.34, n.121, pp. 41-58.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Relações entre família e escola e suas implicações de gênero**. *Cad. Pesqui.* [online]. 2000, n.110, pp. 143-155.

CONTI, Celso e LUIZ, Maria Cecília. **O Papel dos conselhos de escola no sistema municipal de ensino**. Caderno de Pesquisa [online]. 2007.

DESSEN, Maria Auxiliadora e POLONIA, Ana da Costa. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano**. *Paidéia (Ribeirão Preto)* [online]. 2007, vol.17, n.36, pp. 21-32.

INFORSATO, Fátima Aparecida Ferreira e INFORSATO, Edson do Carmo. **Políticas de municipalização de ensino: tendências ao continuísmo**. *Paidéia (Ribeirão Preto)* [online]. 2001, vol.11, n.20, pp. 49-57.

MARCONDES, Keila Hellen Barbato e SIGOLO, Silvia Regina Ricco Lucato. **Comunicação e envolvimento: possibilidades de interconexões entre família-escola?** *Paidéia (Ribeirão Preto)* [online]. 2012, vol.22, n.51, pp. 91-99.

MARQUES, Luciana Rosa. **A formação de uma cultura democrática na gestão da escola pública: analisando o discurso dos conselheiros escolares**. *Educ. Soc.* 2012, vol.33, n.121, PP. 1175-1194.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de e MARINHO-ARAUJO, Claisy Maria. **A relação família-escola: intersecções e desafios**. *Estud. psicol. (Campinas)* [online]. 2010, vol.27, n.1, pp. 99-108.

POLONIA, Ana da Costa e DESSEN, Maria Auxiliadora. **Em busca de uma compreensão das relações entre família escola**. *Psicol. Esc. Educ. (Impr.)* [online]. 2005, vol.9, n.2, pp. 303-312.

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo; ANDRADE, Antônio dos Santos. **A assimetria na relação entre família e escola pública**. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, Ribeirão Preto, v. 16, n. 35, Dez. 20.